

## **Jornalismo insustentável: a Amazônia vítima da desinformação e da política ambiental da boiada passando**

*Unsustainable Journalism: the Amazon a victim of disinformation and environmental policy*

*Periodismo insostenible: la Amazonía víctima de la desinformación y de la política ambiental*

Laiza Mangas<sup>1</sup>

Luciana Miranda Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** Analisa-se a atuação do jornalismo regional da Amazônia frente às políticas ambientais do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). O estudo se concentra em setembro de 2020, o mês de maior índice de queimadas daquele ano. Nesse contexto, verificamos como foi a cobertura jornalística dos jornais O Liberal (PA) e A Crítica (AM) no período, utilizando a análise crítica do discurso (Fairclough, 2001). A pesquisa destaca que os portais reproduziram textos de agências de notícias com predominância de fontes do poder público. As matérias apresentam falas oficiais que atribuíam a "culpa" pelas queimadas às populações tradicionais e indígenas. Essa abordagem não apenas contribuiu para a desinformação, mas também reafirmou um processo colonialista, reforçando narrativas que desresponsabilizam o governo e criminalizam grupos vulneráveis.

**Palavras-chave:** Amazônia; governo Bolsonaro; desinformação; O Liberal; A Crítica.

**Abstract:** This analysis examines the role of regional journalism in the Amazon in the face of the environmental policies of the government of Jair Bolsonaro (2019-2022). The study focuses on September 2020, the month with the highest rate of fires that year. In this context, we verified how the journalistic coverage of the newspapers O Liberal (PA) and A Crítica (AM) was in this period, using critical discourse analysis (Fairclough, 2001). The research highlights that the portals reproduced texts from news agencies with a predominance of sources from the public authorities. The articles presented official statements that attributed the "blame" for the fires to traditional and indigenous populations. This approach has not only contributed

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia na Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPa), com bolsa Capes. Mestre em Comunicação pela mesma instituição. Jornalista. E-mail: [laiza.mangas@gmail.com](mailto:laiza.mangas@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora titular do programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPGEM) da UFRN. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Preserv-Ação. E-mail: [lmirandaeua@hotmail.com](mailto:lmirandaeua@hotmail.com).

to disinformation, but has also reaffirmed a colonialist process, reinforcing narratives that hold the government accountable and criminalize vulnerable groups.

**Keywords:** Amazon; Bolsonaro government; disinformation; O Liberal; A Crítica.

**Resumen:** Este análisis examina el desempeño del periodismo regional en la Amazonía frente a las políticas medioambientales del gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022). El estudio se centra en septiembre de 2020, el mes con la mayor tasa de incendios ese año. En este contexto, verificamos cómo fue la cobertura periodística de los periódicos O Liberal (PA) y A Crítica (AM) en este periodo, utilizando el análisis crítico del discurso (Fairclough, 2001). La investigación destaca que los portales reproducían textos de agencias de noticias con predominancia de fuentes de las autoridades públicas. Los artículos presentaban declaraciones oficiales que atribuían la "culpa" de los incendios a poblaciones tradicionales e indígenas. Este enfoque no solo ha contribuido a la desinformación, sino que también ha reafirmado un proceso colonialista, reforzando narrativas que responsabilizan al gobierno y criminalizan a los grupos vulnerables.

**Palabras-clave:** Amazona; gobierno de Bolsonaro; desinformación; O Liberal; A Crítica.

## 1 INTRODUÇÃO

A desinformação foi uma das principais estratégias políticas utilizadas para manipular informações durante o governo de Jair Bolsonaro (Amarante, 2021; Regattieri, 2023). Segundo mapeamento feito pela agência de checagem Aos Fatos, o ex-presidente teve 6.676 declarações falsas ou distorcidas de 2019 a 2022 (Ribeiro, 2022). Os três temas que mais tiveram destaque em relação às declarações falsas foram: coronavírus, economia e meio ambiente.

No cenário ambiental, o levantamento apontou que a crise do governo foi em torno do aumento desenfreado das queimadas e do desmatamento na Amazônia, "combatida" pelo ex-presidente em três eixos discursivos: negou o problema, eximiu o governo da responsabilidade e criticou outros países (Ribeiro, 2022). Essas três dimensões podem ser percebidas em diferentes declarações, não só do então presidente, mas também de outros representantes do governo.

Nesse período, o Brasil enfrentava a crise da covid-19 que trouxe embates midiáticos e sociais, como a resistência ao conhecimento científico em um ambiente de conflito político, a negação da gravidade da situação pelo governo federal, a inexistência de um plano nacional

de ação, além da disseminação de *fake news*<sup>3</sup> pelas redes sociais, como o uso da cloroquina para tratamento dos casos (Henriques; Vasconcelos, 2020). Vimos, por exemplo, uma narrativa contra a vacina sendo disseminada por atores sociais que se apropriaram dessa lógica, intensificada por um governo conivente<sup>4</sup>. Em contrapartida, jornalistas, cientistas e profissionais da saúde buscavam, a todo custo, provar a importância da imunização na diminuição da doença e, mesmo com a comprovação de dados, uma parte da população permaneceu no negacionismo<sup>5</sup>.

No cenário já bastante conturbado, em 22 de abril de 2020, o ex-ministro do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles, aproveitou uma reunião ministerial para dizer que o ideal era ir “passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas” (Ministro [...], 2020). De fato, no período de janeiro de 2019 a julho de 2022, foram publicadas 855 normas que contribuíram efetivamente para o desmantelamento das leis ambientais do país (Prizibiszki, 2022). Diante da crise na saúde e no meio ambiente, interessa-nos observar como o jornalismo regional se posicionou, principalmente em relação às declarações governamentais em um contexto de covid-19 e queimadas acentuadas na Amazônia, buscando verificar se houve um contraponto expressivo ou se predominou a reprodução dos discursos oficiais sobre meio ambiente, bem ao estilo “jornalismo insustentável”, na direção oposta de um jornalismo ético, plural e capaz de provocar reflexões.

O período específico de análise foi setembro de 2020, considerado o de maior índice de queimadas daquele ano, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe, 2020). Os veículos jornalísticos escolhidos em virtude de sua localização geográfica na Amazônia, seu histórico e capilaridade regional, foram os dois principais jornais da região Norte: O Liberal, no Pará (PA), e o A Crítica, no Amazonas (AM).

---

<sup>3</sup> Informações publicadas com a intenção de enganar a fim de prejudicar indivíduos, coletivos, organizações ou instituições para auferir ganhos especialmente econômicos ou políticos (Wilke, 2021). No Brasil a autora reflete que a palavra é apenas traduzida do inglês, mas que o ideal seria dizermos “notícias fraudulentas” para indicar o dolo que há nelas visto que, em geral, são utilizadas manchetes desonestas, sensacionalistas ou escritas de forma a aumentar as visualizações, os compartilhamentos *on-line* e os ganhos por cliques na internet.

<sup>4</sup> Cada vez mais investigações da Polícia Federal comprovam que houve o empenho e a participação ativa da gestão Bolsonaro para reforçar a ineficácia dos imunizantes contra a Covid-19 (Morosini, 2024).

<sup>5</sup> Uma pesquisa conduzida em Londrina, no Paraná, mostra que 75% das mortes por Covid-19 registradas nos primeiros dez meses de 2021 ocorreram em indivíduos que não foram imunizados contra a doença (Passarelli-Araújo *et al.*, 2022).

## **2 A AMAZÔNIA NA MIRA DA DESINFORMAÇÃO**

Durante os quatros anos do governo de Jair Bolsonaro<sup>6</sup> (Partido Liberal - PL) observamos uma política avessa às questões ambientais e, sobretudo, amazônicas. A prática das queimadas e, conseqüentemente, o desmatamento, cresceu pela alta impunidade a crimes ambientais, retrocessos de legislações e regulamentos, descaso com a saúde indígena, além de estímulo à grilagem de terras e ao garimpo. No entanto, essa política de fragilização ambiental no país era prevista, pois o ex-presidente já se posicionava contra a agenda ambiental (Scantiburgo, 2018).

Em abril de 2020 a célebre frase do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, confirmou o que foi o governo: passaram a boiada. Os principais atos promulgados nesse período foram a respeito de cortes orçamentários de órgãos públicos de fiscalização, mudança de competências entre os órgãos, como a medida provisória que retirava, da Fundação Nacional do Índio (Funai)<sup>7</sup>, a demarcação de terras indígenas, além de reestruturação de pessoal, na qual técnicos especializados foram substituídos por militares em cargos de chefia (Vale *et al.*, 2021). Essas atitudes corroboraram, por exemplo, com a crise de saúde pública enfrentada pelo povo Yanomami, resultando na morte de 177 indígenas por desnutrição entre 2019 e 2022.

A Amazônia foi palco de muitos debates, principalmente, relacionados às medidas para combater o desmatamento e as queimadas na região. Na época o vice-presidente, general Hamilton Mourão, coordenou o Conselho Nacional da Amazônia Legal, responsável diretamente pela Operação Verde Brasil<sup>8</sup>, que realizava ações para conter o fogo na região. Em 2020 ele comemorou a “diminuição” do desmatamento no bioma amazônico e relacionou-o com efeitos positivos da Operação Verde Brasil, no entanto, os dados mostravam o contrário: naquele período a floresta perdeu 8.058 km<sup>2</sup> de área verde, um aumento de 30% em comparação com 2019, quando foram derrubados 6.200 km<sup>2</sup> (Imazon, 2021).

---

<sup>6</sup> O Governo Jair Bolsonaro teve início no dia 1º de janeiro de 2019 e terminou em 31 de dezembro de 2022.

<sup>7</sup> A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, estabelecia regras de organização dos órgãos do Governo Federal, entre elas, transferia para o Ministério da Agricultura a competência de demarcação de terras indígenas e quilombolas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm). Acesso em: 7 dez. 2025.

<sup>8</sup> A Operação Verde Brasil 2 foi deflagrada em 11 de maio de 2020 para o combate aos focos de incêndio, desmatamento e garimpo ilegal na região da Amazônia Legal.

A militarização da política ambiental e indigenista, na visão de Bronz, Zhouri e Castro (2020), reproduziu um repertório de práticas e discursos que remetem ao período anterior à Constituição de 1988. Para mostrar um discurso positivista o governo investiu em propagandas e na disseminação em massa de desinformação sobre os índices de desmatamento (Regattieri, 2023). A autora relembra que o então vice-presidente manteve um programa de rádio semanal, na Empresa Brasileira de Comunicações (EBC), chamado “Por dentro da Amazônia”, que prometia trazer informações sobre o que estava acontecendo na região Norte, mas com abordagem nas ações governamentais, principalmente na Operação Verde Brasil.

A utilização da EBC como pano de fundo para divulgação de ações governamentais foi uma estratégia crucial. A empresa está no rol da comunicação pública, que busca privilegiar o interesse público e fortalecer a cidadania, sendo, em tese, um instrumento de transparência e educação. Em 100 dias de governo, no dia 10 de abril de 2019, o diretor da EBC, Alexandre Graziani Junior, assinou a Portaria nº 216, unificando as programações da TV Brasil – que tinha finalidade de ofertar conteúdos informativos, culturais, artísticos e científicos – com a NBR, responsável pela cobertura da agenda da Presidência da República no Brasil e no exterior (Empresa Brasileira de Comunicações, 2019).

Costa *et al.* (2021) analisou uma das reportagens da TV Brasil que mostrava, a partir do discurso de Jair Bolsonaro, o Brasil como um dos países que menos consumia agrotóxicos no mundo. Naquele momento, dados de uma reportagem da Agência Pública mostravam ao contrário, o Brasil era um dos potenciais utilizadores de pesticidas (Grigori, 2019).

Para enfatizar o discurso que a Amazônia não estava pegando fogo, o governo investiu em propagandas que circulavam nas redes sociais. Conforme aponta o portal Fakebook.eco (Secom, 2020), a Secretaria de Comunicação Social (Secom), em formato de “checagem” de “manchetes” de jornal, inventou notícias que nunca foram publicadas, inclusive, plagiando material usado por uma organização não-governamental (ONG) ambientalista, que Jair Bolsonaro acusava de botar fogo na Amazônia (Figura 1). Além disso, enfatizou como mentirosos os fatos amplamente divulgados e respaldados em estudos científicos.

Figura 1 - Imagem publicada no X (antigo Twitter) da Secretaria de Comunicação da Presidência da República



Fonte: Secom (2020).

A publicação em questão foi uma das postagens da Secom do Governo Federal, veiculada em 31 de outubro de 2020. Nela é possível observar uma manchete de jornal classificada como "mentira" confrontada com a suposta "verdade" apresentada pelo governo. Conforme a análise do Fakebook.eco (Secom, 2020), a divergência de informação centrava-se na afirmação oficial de que o governo estaria "aperfeiçoando a fiscalização e o combate ao desmatamento". Essa alegação foi classificada como falsa, pois a gestão criou, por meio do decreto nº 9.760/2019 (Brasil, 2019b), a "audiência de conciliação", considerada um mecanismo que fragilizou o sistema de punição às infrações ambientais pois, para ser aplicada a multa, dever-se-ia passar por uma audiência que, muitas vezes, nem ocorria. Tal ação levou a uma queda de 62% nas multas ambientais na Amazônia, o que refletiu no aumento das taxas de desmatamento e de queimadas durante o governo Bolsonaro.

As peças propagandistas são estratégias utilizadas por governo militares desde o período da ditadura no Brasil. Costa (2006) relembra que a Amazônia foi apresentada pelos militares como território a ser dominado e fronteira para expansão econômica, desconsiderando-se a população indígena. Durante o governo do General Emílio G. Médici<sup>9</sup>, foram criados os slogans "Amazônia: desafio que unidos vamos vencer" e "Integrar para não entregar", este último usado para justificar grandes projetos de infraestrutura na Amazônia,

<sup>9</sup> O general Médici governou o Brasil entre 1969 e 1974, considerado um dos períodos mais duros da ditadura no país, com registros de torturas, desaparecimentos e mortes de opositores da ditadura (Mazui, 2022). Em 2022, durante a cerimônia de posse do novo diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, o ex-presidente Jair Bolsonaro elogiou Médici, referindo-se a ele como um "homem de visão". Bolsonaro destacou que foi no governo Médici, em 1973, que o tratado que viabilizou a construção da usina hidrelétrica de Itaipu foi assinado.

como a rodovia Transamazônica, e para reforçar o controle militar na região, promovendo o sentimento de nação que amparasse a legitimidade da liderança política e o ritmo de progresso (Souza, 2020). No mesmo sentido, Regattieri (2023) ressalta que o argumento da soberania entrelaça o passado e o presente, pois, na visão dos militares, ainda há um suposto empenho internacional de “atrasar” o desenvolvimento brasileiro e interferir na exploração de recursos da Amazônia atacando, assim, a soberania do país.

Nesse contexto, o então presidente Bolsonaro reproduziu essa narrativa em diversos momentos, principalmente durante a participação em eventos internacionais. Em 2019, durante discurso na abertura da 74ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, nos Estados Unidos, Bolsonaro defendeu a soberania brasileira na Amazônia ao dizer que a floresta está “praticamente intocada” e que o país é um dos que mais protege o meio ambiente (Verdério, 2019).

Em 2020, durante a Cúpula sobre a Biodiversidade da ONU, Jair Bolsonaro afirmou, sem apresentar provas, que algumas organizações não-governamentais (ONGs) comandavam crimes ambientais no Brasil e no exterior. A mesma declaração já tinha sido feita, em 2019, quando ele declarou que organizações poderiam estar por trás de queimadas na região amazônica para “chamar atenção” contra o governo do Brasil (Mazui; Gomes, 2020).

Na visão de Regattieri (2023), os questionamentos ou críticas a respeito da condução da política socioambiental foram tratados como problemas de percepção por parte do governo. Por essa razão, uma forma encontrada por líderes para se “defender” dos “ataques” e influenciar a opinião dos seus seguidores foi utilizar suas próprias redes sociais. No dia 9 de setembro de 2020, Ricardo Salles e Hamilton Mourão compartilharam no X (antigo Twitter), um vídeo que negava incêndios na Amazônia (Figura 2).

Segundo a análise realizada pelo Aos Fatos (Menezes; Pacheco; Barbosa, 2020), o vídeo em questão utilizou um dado de 2019, publicado pela Embrapa Territorial, que menciona a preservação de 66,3% da vegetação nativa do Brasil. O objetivo era reforçar a tese de que a Amazônia não estava queimando. Entretanto, o uso de imagens aéreas da floresta e dos rios – comuns no imaginário sobre a região – não invalida a existência de destruição do bioma.

Figura 2 - Postagem do ex-ministro do MMA, Ricardo Salles, no X (antigo Twitter)



Fonte: Menezes, Pacheco e Barbosa (2020).

Nesse breve contexto nota-se que a Amazônia foi assunto recorrente na política ambiental de Jair Bolsonaro, que disseminava discursos nas mídias e nas redes sociais de que a Amazônia não estava pegando fogo, seguindo uma lógica, como define Wardle e Derakshan (2023), de desinformação (*dis-information*) por se tratar de uma informação falsa que é fabricada e deliberadamente compartilhada com o intuito de causar danos. Como estratégia o governo se apropriou da comunicação governamental, utilizou as redes sociais e foi favorecido pela imprensa, conforme veremos a seguir.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Utilizamos a análise crítica do discurso (ACD) como metodologia principal (Fairclough, 2001), a qual é sistematizada pelo quadro tridimensional que corresponde às práticas sociocultural, discursiva e textual. A prática sociocultural é justificada pela política ambiental do governo de Jair Bolsonaro, evidenciando o cenário de queimadas na Amazônia, pandemia da covid-19 e desinformação.

Segundo o Inpe, em 2020 houve um aumento expressivo de queimadas, intensificado pelas fragilizações ambientais ocorridas no período (Vale *et al.*, 2021). Naquele ano os meses com maior incidência de queimadas foram agosto e setembro, e os estados da Amazônia mais afetados foram o Pará e o Amazonas. Por isso, nosso recorte de pesquisa está em notícias publicadas no mês de setembro de 2020 em veículos considerados relevantes no Pará e no Amazonas.

O Liberal é uma versão digital<sup>10</sup> do jornal mais antigo e com maior circulação no estado do Pará (Castro; Seixas, 2013) e integra o Grupo Liberal de Comunicação. Foi o primeiro jornal paraense a transpor matérias do impresso para o digital, com início em 2004. O jornal A Crítica também é uma versão digital<sup>11</sup> do jornal impresso, que é o segundo mais antigo em circulação do estado do Amazonas, e o principal produto da Rede Calderaro de Comunicação (RCC). O portal foi fundado em 25 de dezembro de 2010 (Nascimento, 2019), apresentando-se como um site de notícias e mídias.

Antes de partir para análise, catalogamos os textos jornalísticos que continham a palavra “queimadas” por meio de uma busca no próprio site de cada veículo. No total, encontramos 48 notícias, sendo 22 no Liberal e 26 no A Crítica. Em seguida, verificamos a origem dessas informações e constatamos a predominância de reprodução de textos oriundos de agências de notícias. O Liberal publicou 17 textos com assinatura de agências, o que representa 77% das matérias selecionadas do veículo. No mesmo caminho, o A Crítica divulgou 19 matérias, correspondendo a 73% dos textos divulgados no site oriundos de agência de notícias. Tivemos, ainda, a reprodução de releases. No A Crítica constatamos quatro textos produzidos pela assessoria de comunicação do Governo do Amazonas.

Os dois portais utilizaram textos da Agência Brasil, pertencente à EBC. Assim, dos 17 textos assinados por agência, o Liberal teve três oriundos da Agência Brasil (17%), enquanto o A Crítica teve oito dos 19 textos (42%). Além disso, o Liberal também utilizou como base de divulgação a Agência Estado, um grupo de mídia do qual fazem parte dois dos principais veículos de comunicação oriundos do sudeste do país: o jornal Estado de S. Paulo e a Rádio Estadão. Em contrapartida, como era previsto diante da quantidade de replicação de textos de agência, notamos uma baixa cobertura jornalística feita pela equipe local. O Liberal teve cinco textos dos 22 selecionados para o *corpus* assinado pela equipe de repórteres, enquanto o A Crítica assinou apenas quatro textos dos 26 selecionados. No total, isso representa que, dos 48 textos, apenas nove foram produzidos pela redação local (18%), o que nos levou a inferir a baixa frequência de uma cobertura regionalizada de temas ambientais que impactaram diretamente a população local.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.oliberal.com/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.acritica.com/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

Após a seleção das matérias, partimos para a análise crítica do discurso na categoria discursiva e textual sobre a cobertura regional das queimadas na Amazônia. A prática textual refere-se ao significado e à forma dos escritos, portanto, aspectos ligados ao vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual (Fairclough, 2001). Demos atenção a este último por ter relação com as rotinas institucionais das redações jornalísticas, que vão desde a coleta do material à publicação da versão final do texto. Já a prática discursiva envolve aspectos de sentidos produzidos nos textos.

**4 O JORNALISMO DECLARATÓRIO NOS VEÍCULOS REGIONAIS**

As notícias, em sua grande maioria, trazem ações e medidas que estavam sendo feitas para amenizar as queimadas na Amazônia apenas pelo viés do poder público, sem ouvir os impactados pelo cenário: a população amazônica. Uma narrativa que buscava apresentar positivamente o governo e suas práticas. Para exemplificar melhor esse contexto, selecionamos sete matérias que contém títulos declaratórios, ou seja, que apenas reproduziram as afirmações de representantes do governo federal (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 - Notícias com discursos de autoridades governamentais no portal O Liberal

Portal O Liberal			
		Data	Autoria
1	“Queimadas atuais na Amazônia não são padrão Califórnia”, diz Mourão	13/09/2020	Agência Estado
2	Bolsonaro fala em críticas desproporcionais a incêndios na Amazônia e Pantanal	16/09/2020	Agência Estado
3	No Acre, Mourão diz que divulgação de queimadas está sendo superdimensionada	23/09/2020	Agência Estado

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quadro 2 - Notícias com discursos de autoridades governamentais no portal A Crítica

Portal A Crítica			
		Data	Autoria
1	Bolsonaro minimiza queimadas e acusa ONGS de agirem contra regularização fundiária	16/09/2020	Agência Reuters
2	Interesses ocultos usam meio ambiente para prejudicar país, diz Heleno	21/09/2020	Agência Brasil
3	“Brasil é vítima de desinformação ambiental”, diz Bolsonaro	22/09/2020	Agência Brasil
4	Países tem direito soberano de explorar sua biodiversidade, diz Bolsonaro	30/09/2020	Agência Reuters

Fonte: Elaboração própria (2025).

Nesse sentido, dividimos as narrativas por categorias a partir do que foi observado no material empírico. A primeira narrativa teve relação com a tentativa de desacreditar os dados do Inpe e de ONGs que apontavam alto índice de queimadas. Em uma das entrevistas Hamilton Mourão afirmou que as imagens de satélite registravam “focos de calor”, mas isso não significava, necessariamente, a ocorrência de incêndios. Ele não explicou com precisão o porquê dessa afirmação, mas relacionou o fato com os incêndios florestais ocorridos na Califórnia<sup>12</sup> no mesmo período. A declaração teve a intenção de suavizar a percepção pública sobre os altos índices de queimadas na Amazônia ao sugerir que os dados do Inpe não refletiam a realidade.

A principal diferença entre "queimadas" e "incêndios florestais" reside na intencionalidade e no controle do fogo. Uma queimada é uma ação intencional com limites predefinidos e medidas de segurança para evitar a propagação do fogo, enquanto o incêndio florestal é um evento acidental ou provocado por negligência, que se alastra sem controle (Ainbinder e Stec, 2021).

Do ponto de vista da detecção por satélites, o Inpe não consegue diferenciar uma queimada controlada de um incêndio florestal, assim, o sistema apenas detecta a existência de fogo sem determinar sua origem ou intencionalidade. No entanto, o contexto brasileiro demonstra que as queimadas estão associadas ao desmatamento decorrente da liberação de áreas para agricultura ou pecuária, apropriação ilegal de terras públicas, invasão de garimpeiros e exploração ilegal de madeira (Costa, 2006), ou seja, desmitificando a ideia de que há prevalência de incêndios naturais na Amazônia – outro discurso difundido pelo governo federal na época.

A mesma ideia de (in)eficácia dos dados de queimadas e desmatamento é ratificada por outros membros do governo. Na notícia divulgada pelo A Crítica, por exemplo, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, cita que as ONGs

---

<sup>12</sup> Em 2020, a Califórnia enfrentou uma onda de calor, registrando uma temperatura de 49°C na região de Los Angeles, de acordo com o Serviço Meteorológico Nacional. Ver em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/09/08/devastacao-por-incendios-na-california-bate-recorde-neste-ano.ghml>. Acesso em: 2 jun. 2025.

manipularam dados para culpabilizar o governo pelo aumento de queimadas e desmatamento sem apresentar provas. Fearnside (2019) aponta que houve um embate político do governo federal com as ONGs, principalmente depois da suspensão dos contratos orçamentários entre o MMA e algumas dessas organizações. Dessa forma, o governo colocou-se como vítima de uma perseguição movida por razões econômicas e não ambientais.

Outra narrativa notada é a justificativa de relacionar as queimadas com causas naturais ou provocadas por comunidades originárias – “Pega fogo né? O índio taca fogo”, fala do ex-presidente Jair Bolsonaro em entrevista e publicada no Liberal (Bolsonaro [...], 2020). Mas os dados não sustentam essa narrativa. Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em 2019, as propriedades privadas responderam por 33% dos focos de calor registrados na Amazônia, sendo que 22% dos focos estavam naquelas consideradas médias ou grandes. As terras indígenas e as unidades de conservação são as categorias com menor incidência no ano, registrando 6% e 7% dos focos, respectivamente. Já no primeiro semestre de 2020, os imóveis de médio e grande porte registraram, sozinhos, a metade do número de focos de calor na Amazônia (Klein; Medaglia, 2020).

O Liberal também abordou a Medida Provisória (MP) 910/2019 (Brasil, 2019c) sobre regularização fundiária, editada por Jair Bolsonaro, que pretendia mudar as regras da regularização das terras da União. Segundo o então presidente, essa alteração auxiliaria na busca pelos responsáveis por colocar fogo nas áreas da Amazônia. Na visão de Nunes (2020), a MP 910/2019 foi resultante de um acordo entre a presidência e setores ruralistas vinculados a grandes proprietários rurais. Conforme o autor, esses interesses trariam “benefícios” aos grupos, como a paralisação na demarcação de terras indígenas, a defesa das atividades de mineração e de agropecuária, as desautorizações sobre as operações contra madeiras ilegais, a insistência na revisão das unidades de conservação, o estímulo à grilagem de terras e a redução de autuações e fiscalização. A MP da grilagem, como foi chamada, teve sua vigência encerrada e não foi retomada por pressão de ambientalistas.

Outro discurso categorizado nesta análise que gostaríamos de destacar é o de soberania sobre a região. Para o governo federal, “é preciso deixar claro que a Amazônia brasileira nos pertence”, fala de Augusto Heleno em entrevista à Crítica (Interesses [...], 2020). Esse discurso foi muito disseminado devido às críticas constantes sobre a política ambiental.

Para o general o debate sobre meio ambiente era distorcido por nações e personalidades estrangeiras com o objetivo de prejudicar o Brasil e derrubar o governo do presidente Bolsonaro.

No mesmo sentido, o ex-presidente, durante a participação na 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), “respondeu” a uma suposta ameaça à soberania do Brasil e defendeu que cada país deve cuidar da sua biodiversidade. A referida fala foi direcionada aos países que criticaram o posicionamento do Brasil em relação à Amazônia.

Rechaço, de forma veemente, a cobiça internacional sobre nossa Amazônia. E vamos defendê-la de ações e narrativas que agredam os interesses nacionais [...] não podemos aceitar, portanto, que informações falsas e irresponsáveis sirvam de pretexto para imposição de regras internacionais injustas, que desconsiderem as importantes conquistas ambientais que alcançamos em benefício do Brasil e do mundo [Discurso de Jair Bolsonaro] (Países [...], 2020).

O pronunciamento do presidente foi dirigido ao então candidato à presidência dos Estados Unidos, Joe Biden, que havia ameaçado sanções contra o Brasil caso o desmatamento não diminuísse. Esse episódio demonstrou que as relações internacionais estavam estremecidas devido à ausência de ações eficazes para conter os números alarmantes de queimadas e desmatamento na Amazônia em um ano crucial, marcado pela pandemia da covid-19. As “informações falsas e irresponsáveis” (Países [...], 2020), conforme Bolsonaro, referiam-se às notícias sobre o aumento de queimadas e desmatamento na Amazônia.

Na matéria “Brasil é vítima de desinformação sobre meio ambiente, diz Bolsonaro”, divulgada pelo A Crítica, o ex-chefe de Estado reafirmou a existência de interesses comerciais na Amazônia. Por isso, o Brasil seria “vítima de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal”, discurso de Jair Bolsonaro na assembleia da ONU (Brasil [...], 2020). Nesse mesmo texto, ele destacou o “rigor da legislação ambiental brasileira”, mas lembrou a dificuldade em combater atividades ilegais na Amazônia, justificando-a pela sua extensão territorial.

Notamos, portanto, que as informações repassadas aos leitores estavam fundamentadas na reprodução massiva de textos de agências nacionais e internacionais com pouca contextualização de causas e consequências dos fenômenos, além da predominância de fontes do poder público, caracterizando um jornalismo declaratório (Barsotti, 2023)

marcado pela reprodução de falas, principalmente de Jair Bolsonaro, sem verificação, questionamento ou contestação sobre a veracidade das informações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontados neste artigo representam um alerta para cobertura jornalística da imprensa comercial na Amazônia. Os representantes do governo federal utilizaram estratégias discursivas, seja descredibilizando dados oficiais do Inpe, culpabilizando comunidades tradicionais ou se colocando como vítima de “informação falsa” por parte de ONGs. Os veículos regionais, por sua vez, ao publicarem notícias sem contrapontos expressivos, desvincularam-se da exposição, análise e interpretação de dados e informações que construiriam um jornalismo plural, ético e tecnicamente objetivo.

A objetividade é um padrão universal, quase um dogma, que determina que a notícia deve ser uma informação fiel ao que relata, contendo versões de um acontecimento e seguindo a honestidade e a impessoalidade (Bahia, 1990). No entanto, muitos fatores influenciam para que não ocorra essa objetividade, como a formação cultural dos jornalistas e contextos políticos e econômicos. Dessa forma, essa objetividade passa a ter “cor, gênero, endereço e poder” (Moraes, 2022, p. 15) ao privilegiar determinados discursos hegemônicos, como foi o caso encontrado na pesquisa.

Nesse cenário, observamos que o discurso privilegiado nos jornais O Liberal e A Crítica foi o do governo federal, tido como a fonte oficial para falar sobre as queimadas na Amazônia. Consequentemente, evidenciaram os discursos hegemônicos e os tornaram válidos, compactuando com a lógica do desmonte e amplificando a desinformação sobre/na região por não oportunizarem que a população soubesse do real cenário naquele momento.

## REFERÊNCIAS

AINBINDER, O. STEC, T. **Amazônia Por Inteiro**: Histórico, Panorama e Análise das Políticas Públicas Federais. Rio de Janeiro: Instituto Talanoa, 2021.

AMARANTE, E. A desinformação como estratégia política: uma análise dos discursos presidenciais durante a pandemia da covid-19. **Revista Aurora**: Revista de Arte, Mídia e Política, São Paulo, v. 14, n. 40, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/53087>. Acesso em: 17 set. 2025.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. Ática: São Paulo, 1990.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm). Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Brasília: Presidência da República, 2019b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9760.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9760.htm). Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019**. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília: Presidência da República, 2019c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm). Acesso em: 28 abr. 2025.

BARSOTTI, A. As mentiras de Bolsonaro e o jornalismo declaratório: como a imprensa contribuiu para ampliar a desinformação sobre o meio ambiente. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 79-104, 2023. DOI 10.29146/eco-ps.v26i01.28026. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/28026](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28026). Acesso em: 2 jun. 2025.

BOLSONARO FALA em 'críticas desproporcionais' a incêndios na Amazônia e Pantanal. **O Liberal**, Belém, 16 set. 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/politica/bolsonaro-fala-em-criticas-desproporcionais-a-incendios-na-amazonia-e-pantanal-1.306855?page=4>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BOLSONARO MINIMIZA queimadas e acusa ONGs de agirem contra regularização fundiária. **A Crítica**, Manaus, 17 set. 2020. Disponível em: <https://www.acritica.com/bolsonaro-minimiza-queimadas-e-acusa-ongs-de-agirem-contra-regularizac-o-fundiaria-1.33019>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL É VÍTIMA de desinformação sobre meio ambiente, diz Bolsonaro. **A Crítica**, Manaus, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.acritica.com/brasil-e-vitima-de-desinformac-o-sobre-meio-ambiente-diz-bolsonaro-1.31754>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRONZ, D; ZHOURI, A.; CASTRO, E. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental. **Revista Antropolítica**, [S. l.], n. 49, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/44533>. Acesso em: 7 dez. 2025.

CASTRO, A. O. D.; SEIXAS, N. S. D. A. História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. **Anais**

**eletrônicos** [...]. Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: <https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-9o-encontro-2013/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

COSTA, L. M *et al.* O discurso televisivo estatal na América Latina sobre a escalada da liberação de agrotóxicos no Brasil. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA, 3., 2021, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2021. Disponível em: [https://sialat2020.ufpa.br/wp-content/uploads/2021/11/Anais\\_Sialat\\_20\\_21\\_vfinal\\_postado\\_novembro21.pdf](https://sialat2020.ufpa.br/wp-content/uploads/2021/11/Anais_Sialat_20_21_vfinal_postado_novembro21.pdf). Acesso em: 7 dez. 2025.

COSTA, L. M. **Comunicação & Meio ambiente**: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: NAEA, 2006.

DEVASTAÇÃO por incêndios na Califórnia bate recorde neste ano. **G1**, [s. l.], 8 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/09/08/devastacao-por-incendios-na-california-bate-recorde-neste-ano.ghtml>. Acesso em: 2 jun. 2025.

DESMATAMENTO na Amazônia cresce 30% em 2020 e bate recorde dos últimos dez anos. **Imazon**, Belém, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-30-em-um-2020-e-bate-recorde-dos-ultimos-dez-anos/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. **Portaria nº 216, de abril de 2019**. Estabelece que a programação das emissoras de televisão TV Brasil e TV Nacional Brasil - NBR será apresentada em um só canal. Brasília: EBC, 2019. Disponível em: <https://acessoainformacao.ebc.com.br/institucional/atosnormativos/portarias/portarias-2019/portaria-presidente-n-216---programa-a-o-televisiva-da-ebc>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FEARNSIDE, P. M. Retrocessos sob o presidente Bolsonaro: um desafio à sustentabilidade na Amazônia. **Sustentabilidade International Science Journal**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2019.

GRIGORI, P. Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? **Agência A Pública**, São Paulo, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/06/afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

HENRIQUES, C. M. P.; VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 25-44, maio/jul. 2020. Disponível em: <https://arca.fiocruz.br/items/5c098498-c805-4729-ab9e-568ce8912d96>. Acesso em: 7 dez. 2025.

INTERESSES ocultos usam meio ambiente para prejudicar país, diz Heleno. **A Crítica**, Manaus, 21 set. 2020. Disponível em: <https://www.acritica.com/amazonia/interesses-ocultos-usam-meio-ambiente-para-prejudicar-pais-diz-heleno-1.31740>. Acesso em: 2 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Dados de queimadas e desmatamento na Região Amazônica no ano de 2020**. São Paulo: INPE, 2020. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/monitoramento-de-queimadas>. Acesso em: 20 set. 2025.

KLEIN, L.; MEDAGLIA, T. Populações tradicionais não são responsáveis por destruição da Amazônia. **National Geographic**, [s. l.], 23 set. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2020/09/populacoes-tradicionais-indio-caboclo-queimadas-desmatamento-amazonia>. Acesso em: 2 jan. 2025.

MAZUI, G. Bolsonaro elogia ditadores Médici e Stroessner em cerimônia de posse do novo diretor de Itaipu. **G1**, [s. l.], 22 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/22/bolsonaro-elogia-ditadores-medici-e-stroessner-em-cerimonia-de-itaipu.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MAZUI, G. GOMES, P. H. Sem provas, Bolsonaro culpa ONGs por crimes ambientais durante cúpula da ONU. **G1**, [s. l.], 30 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/30/em-cupula-sobre-biodiversidade-da-onu-bolsonaro-diz-que-ongs-comandam-crimes-ambientais-no-brasil-e-no-exterior.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MENEZES, L. F. PACHECO, P. BARBOSA, B. Vídeo compartilhado por Salles e Mourão desinforma ao dizer que Amazônia não está queimando. **Aos Fatos**, Rio de Janeiro, 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/video-compartilhado-por-salles-e-mourao-desinforma-ao-dizer-que-amazonia-nao-esta-queimando/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MINISTRO do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, [s. l.], 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

MOROSINI, L. Negacionistas da vacina: posições contrárias à imunização ainda dificultam o controle de doenças e a retomada de altas coberturas vacinais. **Portal da Fiocruz**, Rio de Janeiro, 15. abr. 2024. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/covid-19/negacionistas-da-vacina/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

NASCIMENTO, C. **Linguagem on-line**: afinidades entre o escrito e o oral nos comentários dos Portais de Notícias do Estado do Amazonas. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7026?mode=full>. Acesso em: 5 jun. 2025.

NO ACRE, Mourão diz que divulgação de queimadas está sendo superdimensionada. **O Liberal**, Belém, 23 set. 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/brasil/no-acre-mourao-diz-que-divulgacao-de-queimadas-esta-sendo-superdimensionada-1.308962>. Acesso em: 20 ago. 2025.

NUNES, F. A. Medida Provisória 910/2019 e os descaminhos para o desmatamento e a legalização de terras griladas na Amazônia. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 224, p. 286-300, 21 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53693>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PAÍSES tem direito soberano de explorar sua biodiversidade, diz Bolsonaro. **A Crítica**, Manaus, 30 set. 2020. Disponível em: <https://www.acritica.com/paises-tem-direito-soberano-de-explorar-sua-biodiversidade-diz-bolsonaro-1.32564>. Acesso em: 2 jan. 2025.

PRIZIBISCZKI, C. Instituto propõe a revisão de 401 atos do governo Bolsonaro para reconstruir política ambiental. **O Eco**, [s. l.], 4 nov. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/instituto-propoe-a-revisao-de-401-atos-do-governo-bolsonaro-para-reconstruir-politica-ambiental/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

PASSARELLI-ARAUJO, H. *et al.* The Impact of Covid-19 Vaccination on Case Fatality Rates in a city in Southern Brazil. **American Journal of Infection Control**, [s. l.], v. 50, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0196655322000955>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PROPRIEDADES privadas registram maior número de focos de fogo na Amazônia. **Ipam**, [s. l.], 4 set. 2019. Disponível em: <https://ipam.org.br/propriedades-privadas-na-amazonia-registraram-maior-numero-de-focos-de-fogo-em-2019/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

QUEIMADAS atuais na Amazônia não são 'padrão Califórnia', diz Mourão. **O Liberal**, Belém, 13 set. 2020c. Disponível em: <https://www.oliberal.com/politica/queimadas-atuais-na-amazonia-nao-sao-padrao-california-diz-mourao-1.305830>. Acesso em: 20 jun. 2025.

REGATTIERI, L. A propaganda desinformativa no projeto de destruição nacional Bolsonarista: a desinformação como estratégia de governo na agenda socioambiental durante a presidência de Jair Bolsonaro (PL). **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 105-139, 2023. DOI 10.29146/eco-ps.v26i01.28005. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/28005](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28005) Acesso em: 20 jun. 2025.

RIBEIRO, A. Bolsonaro mentiu mais de quatro vezes por dia durante governo. **Aos Fatos**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/mentiras-bolsonaro/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SECOM inventa “manchetes” em “checagem” fake sobre ambiente. **Fakebook.eco**, [s. l.], 5 nov. 2020. Disponível em: <https://fakebook.eco.br/secom-inventa-manchetes-em-checagem-fake-sobre-ambiente/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SOUZA, M. Transamazônica: integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8624>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SCANTIBURGO, A. O desmonte da agenda ambiental no Governo Bolsonaro. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, v. 52, p. 103-117, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13235>. Acesso em: 20 maio 2025.

VALE, M. *et al.* The Covid-19 Pandemic as an Opportunity to Weaken Environmental Protection in Brazil. **Biological Conservation**, [s. l.], v. 255, p. 1-5, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S000632072100046X>. Acesso em: 17 set. 2025.

VERDÉLIO, A. Em discurso na ONU, Bolsonaro destaca riqueza da Amazônia. **Agência Brasil**, Brasília, 24 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/em-discurso-na-onu-bolsonaro-destaca-riqueza-da-amazonia>. Acesso em: 17 set. 2025.

WARDLE, C.; DERA KHSHAN, H. **Desordem informacional**: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. Tradução de Pedro Caetano Filho e Abílio Rodrigues. Rev. Isabela Carneiro e Lucas Andrade. Campinas: CLE, 2023. (Coleção CLE, 92). p. 211. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/ebooks/index.php/publicacoes/catalog/book/93>. Acesso em: 17 set. 2025.

WILKE, V. C. L. Pós-verdade, fake news e outras drogas: vivendo em tempos de informação tóxica. **Revista Logeion: Filosofia da Informação**, v. 7, n. 1, p. 8-27, set. 2020/fev. 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5427>. Acesso em: 7 dez. 2025.

**Histórico do artigo:** Submetido: 17 set. 2025 | Aceito: 1 dez. 2025 | Publicado: 10 dez. 2025.